

O plano da 'equipe da tesoura'

Palocci e Mantega cortam despesas do Orçamento para garantir R\$ 9 bi para o social

Valderez Caetano e Eliane Oliveira

BRASÍLIA

A ordem é cortar tudo o que não tem urgência para garantir recursos para os programas sociais, especialmente o Fome Zero. Desde que tomaram posse, ministros e secretários do governo Luiz Inácio Lula da Silva correm contra o tempo para apresentar aos ministros da Fazenda, Antônio Palocci, e do Planejamento, Guido Mantega, um levantamento do que realmente é prioridade em suas pastas e o que pode ser cortado para que verbas do Orçamento da União para este ano possam ser remanejadas. O texto modificado do primeiro Orçamento do presidente Lula será sancionado amanhã ou, no mais tardar, terça-feira. Apesar do arrocho, após cortes, remanejamentos e ajustes, deverão ser garantidos pelo menos R\$ 9 bilhões para os programas sociais, segundo Mantega.

— Vamos cortar tudo o que possa ser adiado, que não seja socialmente urgente... Somos a equipe da tesoura, mas temos os olhos voltados para a necessidade do povo — disse Palocci na sexta-feira, durante a visita da comitiva presidencial à favela Vila Irmã Dulce, na periferia de Teresina. Na viagem, o poderoso ministro da Fazenda passeou pelas ruas esburacadas de mãos dadas com as gêmeas Larissa e Laís, de 4 anos, que moram na favela.

Pelo Orçamento, os gastos com a Saúde chegarão a R\$ 26,5 milhões. Mas, para isso, todos os ministérios vão ter que apertar ainda mais o cinto, cortando 10% em despesas como, por exemplo, a contratação de serviços, inclusive de mão-de-obra terceirizada.

— Queremos trabalhar com o Orçamento no sentido de que a contenção de despesas seja na atividade meio, que pode ser feita com menos recursos — diz Palocci.

Segundo ele, juntamente com a sanção do Orçamento, o presidente deverá assinar um decreto de programação financeira para este mês, com limite de gastos para cada ministério. Significa que, já em janeiro, o governo vai contingenciar (segurar) verbas para que possa cumprir o ajuste fiscal de 3,75% do PIB. O ministro não quis adiantar o montante de recursos que irá segurar, mas disse que a prioridade são os programas sociais. No decreto, o presidente vai determinar

quanto cada ministro poderá gastar de amanhã até o fim de janeiro. Segundo Palocci, já será conhecido o tamanho do primeiro contingenciamento, que pode mesmo ficar próximo a 10% das receitas de cada pasta.

Só no dia 30 deste mês haverá um segundo decreto. Nele deverá constar a programação financeira da equipe econômica, uma espécie de cronograma do que os ministros poderão gastar, no conta-gotas, até o fim do ano.

— Será uma orientação geral para os ministros identificarem o que é mais importante em suas áreas. Mas a máquina não vai parar — diz Palocci.

Todo esse sacrifício tem um nome: o ajuste fiscal, que terá que ser muito maior do que os R\$ 9 bilhões destinados à área social. Pelo acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), este ano o governo central — Tesouro Nacional, Banco Central e Previden-

Roberto Stuckert Filho/07-012003



O MINISTRO DA Fazenda, Antônio Palocci: a máquina não vai parar

"Vamos cortar tudo o que possa ser adiado, que não seja socialmente urgente. Somos a equipe da tesoura"

ANTÔNIO PALOCCI

cia Social — terá que fazer um superávit de R\$ 31,8 bilhões. O esforço será maior para o Tesouro, já que a Previdência é deficitária. As empresas estatais vão ter que economizar R\$ 7,8 bilhões.

O governo tem pressa porque, até o mês que vem, vai encontrar pela frente outra demanda. Pela legislação em vigor, até o fim de fevereiro o presidente é obrigado a enviar ao Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano seguinte.

As dificuldades orçamentárias não afetam apenas os ministérios que já existem e estão previstos no Orçamento. Os técnicos das secretarias especiais e ministérios que foram criados por medida provisória pelo presidente correm contra o tempo para fechar, até o fim deste mês, as diretrizes e os projetos que serão desenvolvidos ao longo dos próximos quatro anos.



MANTEGA, do Planejamento: verbas para o social, mesmo com cortes

"Estamos trabalhando com um tripé que leva em conta os aspectos social, econômico e ambiental"

JOSÉ FRITSCH

Instalado no nono andar do Ministério da Agricultura, o secretário especial de Agricultura e Pesca, José Fritsch, tem um orçamento de apenas R\$ 13 milhões, mas espera conseguir mais dinheiro, assim que apresentar a Lula os projetos de sua secretaria. Além disso, ele quer buscar recursos no Fundo de Marinha Mercante (FMM), que arrecada em torno de R\$ 1 bilhão por ano. O secretário também está de olho numa fatia, mesmo que pequena, no orçamento do BNDES, estimado em R\$ 35 bilhões para 2003.

— Também estamos interessados em recursos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar). Estamos trabalhando com um tripé que leva em conta os aspectos social, econômico e ambiental — acrescentou o secretário especial de Agricultura e Pesca.

Se, no caso da Pesca, há pelo menos alguns milhões previstos, por causa de uma divisão

Ailton de Freitas/26-12-2002

que já existia no Ministério da Agricultura, não existe dinheiro, pelo menos por enquanto, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, que tem à frente Tarso Genro. Os técnicos da secretaria se reúnem, na terça-feira, com representantes do Ministério do Planejamento, para discutir a estrutura do órgão.

Entre as demandas da pasta de Tarso está o deslocamento e a hospedagem dos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo principal objetivo é o estabelecimento de um pacto social, que, num primeiro momento, teria como prioridade a reforma da Previdência. Até o momento, já foram designados 41 integrantes para o conselho.

Na Secretaria de Segurança Alimentar e Combate à Fome, chefiada por José Graziano, a fonte mais segura de recursos é o Fundo de Combate à Pobreza, que poderá contribuir com cerca de R\$ 1,8 bilhão. Mas existe a expectativa de aumento não apenas da verba

orçamentária. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (Bird) são alternativas bastante prováveis.

O Ministério das Cidades poderá não ter tanto problemas, se o presidente da República optar por repassar a Olívio Dutra a administração dos recursos do FGTS e parte do dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), especificamente a que vai para o BNDES. Mas não há uma decisão a respeito.